

Considerações acerca da Polissemia de Sentidos em um Jornal Diário: um ensaio sobre a mídia impressa

Considerations about the Polyssemy of Meanings in a Daily Newspaper: a essay about the press

Alexandre Bonetti Lima

Universidade Estadual de Londrina

bonetti@uel.br

Resumen

Este artigo situa-se no debate entre aqueles que entendem a mídia como aparelho ideológico de dominação e aqueles para os quais sua polissemia pode exercer participação construtiva na sociedade moderna. A referência à Psicologia Social Construcionista nos localiza no segundo conjunto de reflexões, permitindo contemplar o jornal diário como um mosaico no qual presentificam-se múltiplas dialogias e produções de sentidos acerca dos temas noticiados, configurando-o, simultaneamente, como: veículo de transmissão de diversas vozes, oriundas de diversos lugares e com diversos posicionamentos sobre o que noticia; como ator social com voz e posicionamentos próprios sobre o mesmo; como lugar de diálogo com os leitores, co-autores ativos dos sentidos e histórias contados. Mostra-se, portanto, como espaço de expressão da dinâmica das lutas hegemônicas de um tempo e lugar

Palabras clave: Discurso; Produção de sentido; Jornal diário; MST

Abstract

Are the mass media ideologically dominant, or is their unfettered polysemy a constructive force in modern society? From the perspective of Constructivist Social Psychology we argue that the daily newspaper is a mosaic in which promotes multiple dialogues about, and representations of, the news. A newspaper is dialogic in three senses: it is a sounding-board for multiple voices, from various sources and with correspondingly various positions on the news; it is a social actor, with its own voice and position about what it reports; and it is a forum for dialogue with readers, who are active co-authors of the stories that they read. In other words, the newspaper is a channel for the expression of the hegemonic struggles of a given place and time.

Keywords: Discourse; The production of knowledge; Newspapers; Mass media

Introdução:

“Fora das mídias, o mundo é uma sombra indigna de confiança. Antes da televisão, antes do cinema, já era assim. Quando Búfalo Bill agarrava algum índio distraído e conseguia matá-lo, rapidamente procedia a arrancar-lhe o couro cabeludo e as plumas e demais troféus e de um galope ia do Oeste aos teatros de Nova Iorque, onde ele mesmo representava a façanha heróica que acabava de protagonizar. Então, quando as cortinas se abriam e Búfalo Bill erguia sua faca ensangüentada no palco, à luz de candelabros, então ocorria, pela primeira vez ocorria, de verdade ocorria, a realidade” (Galeano, Eduardo, 1991).

Este ensaio pretende ser uma contribuição teórica acerca das características que assume a mídia impressa de grande circulação nas sociedades contemporâneas. O ensaio se situa no debate entre aquelas considerações para as quais a mídia impressa é compreendida como um aparelho ideológico de dominação e assujeitamento, e aquelas para as quais a polissemia inevitável do jornal pode alimentar o domínio público com versões mais complexas e diversificadas acerca das questões contemporâneas – mesmo que nem sempre o queira. Alinho-me entre os que integram o segundo conjunto de considerações.

O Jornal e os Efeitos de Realidade:

Segundo Mayra Gomes (2000), o fazer jornalístico, mais do que registrar e informar sobre os fatos da realidade circundante, tem a função social de testemunhar e confirmar reiteradamente o pacto social fundado na comunidade estabelecida. O destaque que dá às realizações do Estado e seus deslizes no exercício da manutenção da ordem, bem como aos fatores, organizações e acontecimentos que a desequilibram – quadros que compõem, em geral, as manchetes e as primeiras páginas dos jornais – dá aos jornais, segundo a autora, o estatuto de vigilantes do poder do Estado. Diz ela sobre isso: “*É a partir desse papel que o jornalismo é pensado como um quarto poder, exercido paralelamente pela vigilância sobre os três outros que constituem o Estado de direito*” (Gomes, 2000: 21).

Diante dessa afirmação, depreende-se que o jornal é um lugar de legitimação da ordem social no qual, mesmo nos diversos instantes de crítica vigilante que realiza, corrobora as instituições sociais que a sustentam. No dizer da autora:

Basta examinarmos a descrição de ocorrências policiais e os shifters de escuta empregados para que essa situação se torne clara.

Nas últimas décadas esses shifters jogam com uma certa ambigüidade que faz interferir o componente da dúvida. Em vez de um mero disse, afirmou ou declarou, os termos da escuta têm sido ‘segundo tal policial’, ‘na opinião de tal delegado’, ‘de acordo com tal exame’. Toda essa terminologia leva à desconfiança em relação ao trabalho de personagens que ocupam lugares institucionalizados. Essa desconfiança declarada faz pensar em uma intervenção para-policial por parte do jornal e essa injunção é fato em relação à capacidade dos que ocupam o lugar, ocupação sempre

cambiável. Em nenhum momento o lugar, suas relações, suas atribuições são postas em cheque pela má atuação de seus ocupantes. Aliás, o desnudar más condutas só objetiva um ideal realizável, reforçando o lugar instituído e as instituições pelas quais ele pode ser colocado. E isso é o mais puro processo de legitimação: falar sobre o ideal de tal e tal coisa é colocar de antemão, como pressuposto, sua validade (2000: 53).

Juvenal Zanchetta Jr. (2004), no entanto, embora reconheça que os jornais historicamente tenham adquirido essa função de legitimadores e guardiões das instituições sociais, ressalta que eles respondem a ela a partir de uma variedade de interesses, os quais contribuem para a definição de sua agenda diária, ou seja, para a decisão do que é noticiável ou não entre os vários acontecimentos ordinários e como o será. Afirma sobre isso:

A agenda tem uma dinâmica fluida, marcada por relações públicas e privadas que se estabelecem entre os diversos agentes responsáveis pela produção e consumo dos materiais de imprensa, e que contribuem decisivamente sobre o que será e o que não será notícia (Zanchetta Jr., 2004: 15).

Entre os componentes que participam dessa dinâmica fluida da qual fala o autor, inclui-se: os princípios ideológicos e os interesses comerciais e de financiamento do jornal, o perfil de seus leitores e potenciais leitores, as leis e os princípios éticos que regulam sua produção e circulação, os valores e as práticas político-sociais da região que o enreda, além da equação entre valores e interesses pessoais dos jornalistas com os fatores de restrição que têm de negociar no cotidiano da produção das notícias (intervenções de autoridades do governo, dos proprietários do jornal, editores, anunciantes, opiniões dos leitores, vínculo empregatício instável conferindo o permanente risco de desemprego, entre tantos outros). Zanchetta Jr., portanto, embora concorde com o papel legitimador – ou deslegitimador – que têm os jornais nas sociedades, o entende como sendo bastante complexo, uma vez que a definição do que será ou não legitimado, de que instituições, organizações e de que práticas serão avalizadas por eles baseia-se em uma variedade de elementos internos e externos a cada um dos jornais.

Adriano Rodrigues (2002), referindo-se às estratégias retóricas do jornal para viabilizar tal função, define o discurso midiático como composto pelo que denomina de natureza “exotérica”. Quer dizer com isso que, diferentemente de outras formas discursivas, o discurso midiático não pode ser precisamente demarcado nas suas fronteiras em relação às outras formas de experiência humanas, uma vez que, como afirma o autor, (...) “*ele é transversal ao conjunto de todos os domínios da experiência moderna*” (2002: 220). Sendo assim, ele assume posição estratégica para o processo de composição e legitimação dos interesses das diferentes instituições e organizações sociais contemporâneas. Entre as funções estratégicas do discurso das mídias para esses objetivos, Rodrigues identifica como as mais comuns e importantes as de naturalização, de reforço, de compatibilização, de exacerbação dos diferendos e de transparência¹. Na estratégia de naturalização, a função do discurso midiático – assim como no exemplo acima sobre a descrição das ocorrências policiais nos jornais – é legitimar as pretensões e interesses das instituições e organizações sociais, apresentando-as como naturalmente

¹ Tais funções estratégicas não necessariamente aparecem no discurso midiático conjuntamente. Elas podem organizar-se de forma isolada também, conforme o modo em que o discurso estiver estruturado, respondendo, assim, aos contextos de sua produção e às intencionalidades de seu(s) produtor(es).

constituídas. Como consequência, e tendo em vista a regularidade diária com que circulam os jornais, há uma constante atualização da legitimidade das funções e práticas das instituições e organizações que configuram a ordem social. A título de exemplo, a forte campanha, com intensa participação das mídias, pelo *impeachment* de Fernando Collor de Mello da presidência da República do Brasil, em 1992, entre outros efeitos, conferiu ainda mais legitimidade a esta instituição, na medida em que a recuperava na memória coletiva como uma presença natural e importante no espaço sócio-político do país.

A segunda função estratégica mencionada por Rodrigues, a de reforço, complementa a anterior, visto que se orienta no sentido de reforçar a legitimidade das instituições e organizações através da visibilidade pública que lhes confere, fundamental, no mundo atual, para manterem-se vivas na memória das pessoas. Sabe-se que, nas sociedades contemporâneas, cada vez mais apenas o que é veiculado pelas mídias adquire *status* de existência pública no imaginário social (John Thompson, 2002).

A estratégia de compatibilização diz respeito a situações nas quais interesses de diferentes instituições e organizações socialmente legítimas entram em embate, competem entre si. Caso, por exemplo, das campanhas de controle de natalidade ou prevenção da Aids através do uso de preservativos, capitaneadas por organizações de saúde do Estado, as quais conflitam com as posições da Igreja, duas instituições socialmente legitimadas, e com interesses igualmente legitimados. Dada a natureza exotérica do discurso midiático, ele acaba por assumir uma função importante no processo de mediação e compatibilização desses interesses conflitantes, uma vez que possui elasticidade suficiente para absorver as narrativas de ambos os discursos, construindo, em contrapartida, “(...) *uma retórica destinada a esvaziar os discursos em confronto das formulações mais polêmicas, substituindo-as por enunciados formais com os quais os detentores legítimos das diferentes posições em confronto não podem deixar de concordar*” (Rodrigues, 2002: 226).

As formas como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)² costuma aparecer nas matérias dos grandes jornais diários é também bastante ilustrativa a respeito, sendo, em geral, apresentado com referências favoráveis em situações nas quais famílias de sem terra são vítimas de violência intolerável pelo Estado de direito e pela opinião pública (o massacre de Eldorado de Carajás é um exemplo marcante de eventos como estes, no qual vários trabalhadores rurais foram brutalmente assassinados em ação da polícia quando faziam manifestação pública; fato amplamente divulgado, em âmbito nacional e internacional, através dos órgãos das mídias). Tais exemplos têm em comum ilustrar situações nas quais, embora preches de críticas às atuações de alguns atores representantes da ordem social envolvidos nos confrontos em torno do tema reforma agrária no Brasil (representações do governo de então, fazendeiros, policiais, juízes de direito), não põem em questão mais severamente as instituições propriamente, sustentáculos do modelo vigente. Ou seja, não é problematizada a instituição jurídica, por exemplo, ou o modelo econômico, de governo, nem tampouco a polícia enquanto instituição, mas sim os atores de plantão que os ocupam equivocadamente. Dessa forma, esvaziam-se de sentido as denúncias que potencialmente anunciam os confrontos entre MST e instituições do Estado, entre MST e latifúndios, entre MST e Justiça, apresentando-se, em seu lugar, caminhos de concordância e mesmo de identificação entre ambos.

² Movimento social composto por trabalhadores rurais e pequenos agricultores que perderam suas terras para o grande latifúndio, foi criado oficialmente em 1984 e assumiu dimensão nacional, legitimando-se como interlocutor importante na discussão das políticas públicas do Estado no tocante à reforma agrária no Brasil.

Inversamente à anterior, mas também compondo o elenco de tais estratégias, Rodrigues identifica ainda a de exacerbação dos diferendos. Aqui, o discurso midiático contribui para desencadear ou intensificar conflitos de interesses entre diferentes instituições e organizações sociais, publicizando as polêmicas e muitas vezes desenvolvendo formulações ainda mais polêmicas que as originais. Exemplos de inúmeros conflitos entre os interesses do Poder Executivo e dos inúmeros partidos e facções políticas que compõem o Congresso Nacional acerca de temas como as reformas previdenciária e tributária, entre muitos outros, encenados incansavelmente na mídia, ilustram o que se quer dizer com a estratégia de exacerbação dos diferendos. Ao mesmo tempo em que exacerbam os conflitos publicizando-os, legitimam as funções sócio-políticas destas instituições, uma vez que enfatizam seu caráter democrático e representativo para a população.

Por fim, a estratégia de transparência refere-se à ação de tornar publicamente visíveis as instituições e organizações sociais e, ao fazer isso, instituir-se (o próprio discurso midiático) como igualmente legítimo. É transversal a todas as outras ações estratégicas, e faz com que os aparelhos midiáticos sejam, muitas vezes, ativamente procurados por pessoas, organizações e instituições para se fazerem socialmente presentes.

No tocante à ação de se caracterizar como instituição socialmente legítima, através da legitimação de outrem, o discurso midiático lança mão de dispositivos que naturalizam seus enunciados; dispositivos que, resalta Roland Barthes (1970), são bastante comuns nos discursos realistas. A partir deles, busca-se referencialidades que dão a tais discursos estatuto de realidade, melhor dizendo, estatuto de tradutores consistentes de eventos e situações ocorridas na “realidade circundante”. Nas palavras do autor: “*O real se torna a justificativa suficiente do dizer*” (1970: 99). Daí a frequência com que, nas matérias jornalísticas, são utilizadas fotografias, tabelas de porcentagem e de incidências estatísticas, citações ou referências a pessoas ou organizações que, no contexto da situação ou assunto de abrangência, tornam-se personagens de transmissão incontestável da “verdade dos fatos”.

Gomes (2000) utiliza o termo efeito de real, de Barthes, para assim dar conta de compreender o processo de construção de sentidos resultante do uso de dispositivos tal qual dos discursos realistas nos jornais. Para este autor, efeito de real diz respeito aos discursos que utilizam referencialidades supostamente conectadas a um real que se entende como independente e autônomo do mundo social e cultural, mas cujo estatuto de realidade é por tais discursos construído. Explicando melhor, ao se debruçar nos índices que normalmente os jornais utilizam para justificar a veracidade do que estão dizendo, por exemplo, as ilustrações fotográficas, pode-se perceber que nada mais são que recortes descontextualizados do acontecimento que está sendo coberto, configurando, em conjunto, uma versão do acontecimento, sustentada, por sua vez, por intencionalidades – conscientes e ou inconscientes – de todo o corpo de produtores da notícia, o que acaba por produzir efeitos de real. Nesse sentido, diz Gomes (2000):

É por isso que as palavras como verdade e verdadeiro vêm sobrepor-se verossímil e credibilidade. O verossímil encontra-se em direta relação ao efeito do real discursivamente construído. E credibilidade, hoje em dia a palavra chave em todas as instâncias sociais, é sua contrapartida na ausência de uma verdade em plenitude.

No jornalismo trata-se mesmo da construção de verossimilhança como podemos constatar na torção dos elementos que vêm dar testemunho: a matéria sobre um ato de

governo que tem respaldo numa foto de contexto (a Praça dos Três Poderes), a matéria sobre um acidente que mostra os restos do acidente. No jornalismo o jogo da credibilidade se joga sobre o sucesso da referencialidade suposta (p. 30).

Na mesma perspectiva, Zanchetta Jr. (2004) aponta para a necessidade do jornal, no processo de produção de notícia, “(...) *forjar uma versão crível e verossímil; caso contrário, ela poderá não ter respaldo*” (p. 55). E Eliza Lustosa (1996), considerando o processo de transformação da informação em notícia, afirma: “*O uso da expressão informação já traz embutido um juízo de valor, pois trata de um fato ou acontecimento que possui elementos valorativos que justifiquem sua publicação como notícia de veículos de comunicação de massa*” (p. 18).

Notícia, portanto, refere a autora mais adiante,

(...) é a informação transformada em produto de consumo. (...) é o relato de um fenômeno social, presumivelmente de interesse coletivo ou de um grupo expressivo de pessoas. Devemos enfatizar que a notícia não é a exata tradução da realidade, pois, como já alertava Fraser Bond, notícia não é um acontecimento, ainda que assombroso, mas a narração de um acontecimento (p. 19).

Ciro Marcondes Filho (1993, apud Zanchetta Jr., 2004), da mesma forma, afirma:

(...) como o fato aparece no jornal, se ele é comprimido ou ampliado, se a perspectiva é do que sofre ou do que bate, todas essas escolhas são feitas por diversas pessoas que atuam na produção do jornalismo, construindo, à margem desse fato, outro fato (p. 55).

Para Maurice Mouillaud (2002), a informação jornalística (a notícia) nada mais é que a apresentação de um recorte de elementos de um evento ocorrido em algum espaço social – e temporal – entendido como digno de nota pelo corpo de profissionais e organizações que fazem as notícias (agências de notícias, jornalistas, editores, fotógrafos, empresa jornalística etc). Recorte este que responde a uma questão inicial, a partir da qual procurar-se-á dar coerência e unidade a uma situação originariamente caótica. Diz ele sobre isso:

Dizer o que ocorreu obriga selecionar certos dados e ligá-los entre si para formar um fio; então, algo ocorreu, figuras tornam-se manifestas no tecido existencial. A descrição de Goffman alcança a intriga aristotélica. A intriga supõe uma escolha arbitrária dos dados, e cada uma das escolhas induz a uma história diferente. Múltiplos outros cenários permanecem virtuais e nunca serão escritos (2002: 42).

Assim, a nota de um atentado realizado por um homem contra sua família, matando a esposa e as duas filhas, seguido de seu próprio suicídio (Folha de S. Paulo, 29/05/2003), limita o evento ao momento trágico dos crimes e do suicídio. Outro recorte instituiria outro acontecimento, produzindo informação distinta (o jornal poderia focalizar os antecedentes das relações das pessoas desta família até o momento dos crimes, ou uma possível crise financeira como efeito da política econômica instaurada pelo governo, ou qualquer outro enquadre possível), a qual, por sua vez, seria do mesmo modo isolada do *continuum* de duração de sua existência complexa. “*Desta forma*”, diz o autor, “*no tempo como no espaço, o acontecimento parece repousar sobre decisões que, atribuindo-lhe limites arbitrários, instituem a cena do acontecimento como uma cena legítima*” (Mouillaud, 2002: 63).

Para melhor compreender o processo de dar visibilidade através da construção da informação pelos jornais, Mouillaud utiliza-se do conceito de enquadramento de Goffman. Tal processo, para ele, realiza-se da seguinte maneira: “a) *Delimitando um campo e um fora de quadro; o quadro determina o que deve ser visto (o dever-ser); b) Focalizando a visão no interior de seus limites, ele a unifica em uma cena; os dados isolados pelo quadro tendem à solidarização entre eles*” (2002: 43).

Já para Todd Gitlin (2003), embora reconheça a utilidade do conceito de enquadramento de Goffman para apreender o processo de construção das informações nos jornais, entende que este deve ser articulado com o conceito de hegemonia em Gramsci. A partir da definição de enquadramento das mídias como “(...) *padrões persistentes de cognição, de interpretação, de apresentação, de seleção, de ênfase e de exclusão, através dos quais os manipuladores-de-símbolos organizam habitualmente o discurso, seja ele visual ou verbal*” (p. 09), o autor se pergunta: por que se escolhe um enquadramento e não outro? Por que se recorta determinado aspecto de uma situação ou acontecimento e não outros para confeccionar a notícia? Por que se narra uma história e não outras possíveis ao se focalizar um certo evento? A resposta para tal indagação ele localiza no conceito de hegemonia, o qual deve ser investigado nos processos de socialização e nas formas e cotidianos de produção dos jornais, visto serem nesses espaços sociais que os atores da construção das notícias respondem e corroboram com as narrativas da ideologia hegemônica.

Gaye Tuchman (1973), investigando o processo de definição do que é notícia pelos jornalistas, ou seja, do que é, em suas palavras, “*um fato jornalístico*”, se depara com procedimentos e concepções de modo algum neutros. Em sua pesquisa, ele identifica que os jornalistas tendem a utilizar relatos e interpretações de algumas fontes (geralmente oficiais) sobre determinados acontecimentos e não de outras e, procedendo assim, legitimam setores da sociedade representados por essas fontes em detrimento de outros, uma vez que conferem um caráter fático às concepções e interpretações dos primeiros.

Sobre as Vozes que Ecoam na Voz do Jornal

É preciso ressaltar, contudo, que embora o jornal se apresente como um eficaz aparelho de desenho da realidade e de materialidades de modo a, como conclui Christa Berger (2002), publicizar um real recortado e descontextualizado orientado no sentido da manutenção da ordem social (Gomes, 2000), não quer isso dizer que emita em suas páginas um discurso único, mas contrariamente, múltiplos discursos são nele veiculados. É Mouillaud (2002) novamente quem indaga, respondendo:

A respeito do jornal diário, não se poderia dizer que é um quarto de ecos onde ressoa o concerto de vozes que, sem ele, não teriam eco? Vozes discordantes por suas origens, seus conteúdos e seus locutores, caso sejam e devam ser autorizados para se fazer escutar (...) Mas, ressalta, o jornal também tem uma voz, uma voz que lhe é própria (p. 117), cuja identificação não é exercício dos mais fáceis.

De fato, recorrendo à história da interação entre a voz do jornal e as outras vozes que nele se presentificam, pode-se verificar que se modificou bastante ao longo do tempo. Se no início o jornal era uma espécie de amplificador das falas de alguns poucos e poderosos políticos e determinados partidos, um porta-voz com poder excepcional de disseminação de um discurso quase único, a partir do século 20

desenvolveu-se o que Mouillaud define como “a imprensa-reflexo (de acontecimentos) e a imprensa-eco (de vozes que não são a sua)” (2002: 117). Ou seja, mais do que nunca, os cadernos de jornal atualmente são um conjunto organizado de citações, escrituras e reescrituras justapostas e provenientes dos mais variados lugares; e nesse conjunto organizado de vozes justapostas o autor ainda identifica duas grandes diferenças de forma: o que classifica como citação e o que classifica como intertextualidade. No primeiro caso, a citação, a voz do locutor primário é respeitada – parcial ou integralmente –, não se confundindo com a voz do jornal, mas apenas a respaldando – ou sendo por ela respaldada. No segundo caso, Mouillaud empresta de Mikhail Bakhtin a noção de intertextualidade para descrever situações nas quais o enunciado do jornal assimila a voz primária para si, deformando, ou mesmo destruindo totalmente, as fronteiras que separam ambos os enunciados. Conforme o uso que se faz do enunciado primário (da fonte), alerta o autor – reconhecendo-o como citação ou o assimilando –, o jornal acaba por dirigir a atenção do leitor com relação ao *status* do conteúdo da notícia. Assim, a notícia veiculada sem a atribuição da fonte é transmitida com o *status* de fato real inquestionável, naturalizando de forma imediata o enquadre que se deu ao evento para transformá-lo em fato jornalístico. A título de exemplo, no jornal Folha de S. Paulo de 02/06/2003, a manchete de primeira página afirma: “Reajuste de salário perde para preços e contradiz BC”; título que é seguido pela asserção de que contrariamente ao que afirmou o Banco Central do Brasil na semana anterior, os reajustes salariais ocorridos durante o ano não tiveram o impacto declarado na inflação para justificar a manutenção da elevada taxa de juros do Banco Central no período. O discurso jornalístico, aqui, tem a forma assertiva e constatativa; ele relata a notícia como fato ocorrido e constatado na sua inteireza fidedigna, como se tivesse sido retratado tal e qual (Gomes, 2000).

No caso do enunciado em que é reconhecida a fonte – com a devida citação –, embora a naturalização do enquadre do evento como fato constatado seja mais problemática, não significa que o mesmo não ocorra; pois conquanto seja o jornal uma janela pela qual atravessam múltiplas vozes, é também quem detém o poder de atribuir *status* de fato real, que dá eco, por assim dizer, às vozes que nele se presentificam, quaisquer que sejam elas. Em outras palavras, é o jornal, simultaneamente, um veículo que presentifica e dissemina falas de agentes sociais provenientes de variados lugares e tempos, e também um ator social que fala a partir de um lugar próprio – cidade e estado onde tem raízes, ideologia que abraça mais efetivamente, perfil de seus leitores etc. Durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso na presidência do Brasil, por exemplo, não raro apareceram nos grandes jornais do país matérias sobre o MST com referência ao ex-ministro da reforma agrária Raul Jungmann desqualificando o movimento dos sem terra como interlocutor legítimo para a discussão da questão agrária no Brasil. De outro lado, artigos com referência a personagens como José Rainha (uma das principais lideranças do MST) posicionavam o mesmo movimento como interlocutor qualificado para essa discussão. Versões distintas, portanto, oriundas de vozes de lugares político-sociais distintos, dirigidas e sustentadas por intencionalidades igualmente distintas.

No entanto, como dito mais acima, o jornal também é um ator social com voz própria e que fala de um determinado lugar; e como ator social que é, possui suas próprias versões e intencionalidades com respeito aos eventos que cobre. Tal pode-se verificar nos dispositivos que utiliza (e que não são somente os do discurso) em cada uma de suas matérias. A título de ilustração, nas matérias que, como se exemplificou, posicionam diferentemente o MST, pode-se perseguir o grau de verossimilhança e credibilidade de cada uma delas através de questões, como: em que páginas se localizam cada uma, da

direita ou da esquerda?³ Qual a dimensão de cada uma? O título que levam? As fotografias que ilustram a notícia? Como se estrutura a arquitetura do texto? Em que conjunto de outros textos se insere o texto da notícia em questão? Em suma, que conjunto de referencialidades e, como diz Gelas (apud Mouillaud, 2002), que encenação da escritura há em cada uma e como se dispõem? Elementos que forjarão mais ou menos verossimilhança e credibilidade às vozes de referência que falam.

O Desenho Organizativo do Jornal e seus Efeitos Discursivos

Se até aqui me ative à concepção geral do jornal, com sua capacidade para produzir efeitos de real mediante o uso de dispositivos do discurso realista e suas referencialidades devidas – discursivas e não discursivas –, vale agora voltar-me para o seu desenho organizativo. Mouillaud (2002), ao discuti-lo, identifica, inicialmente, uma oposição de função comunicativa entre a primeira página (externa) e as internas. Assim, a primeira página, afirma, é aberta, pois não tem que se submeter aos limites definidos pelos títulos-assuntos das seções que enquadram as páginas internas (Política, Internacional, Esportes, Ilustrada etc). O critério que norteia a admissão dos artigos que comporão a primeira página é o valor da informação a ser transmitida, isto é, o seu grau de noticiabilidade para o potencial leitor; as informações com maior grau de noticiabilidade e, portanto, com maior apelo para chamar a atenção do leitor ocuparão este espaço.

Escolhidos os artigos que ocuparão a primeira página, estes são discursivamente organizados como anúncios das informações mais importantes contidas no jornal, prometendo ao leitor explicações mais detalhadas, nas quais outras dimensões do evento serão apresentadas a partir de diferentes referências (fotografias, comentários e citações de agentes e agências que tenham autoridade para falar de determinado assunto etc) nas páginas internas. Sobre isso, exemplifica Mouillaud (2002):

Por exemplo, a respeito dos acontecimentos nas Ilhas Malvinas, uma exposição histórica, uma exposição geográfica, uma exposição militar etc. A exposição aberto (primeira página)/fechado (páginas internas) corresponde a dois estados ligados a dois momentos da informação: inicialmente o impacto global do acontecimento do qual as diferentes dimensões não são percebidas; num segundo momento, ele é analisado em seus diferentes componentes (p. 102).

Em acordo com a definição de Mouillaud com relação às características distintas, mas complementares, entre a primeira página e as páginas internas do jornal impresso, Eliza Lustosa (1996) as compreende como consequência das especificidades deste em comparação com outros meios de comunicação de massa (televisão e rádio, por exemplo). O jornal, ensina a autora, trata de eventos que já aconteceram um dia antes, eventos que via de regra já foram transmitidos pelos outros meios de comunicação. Sendo assim, para ganhar o interesse do público consumidor ele procura diferenciar-se oferecendo matérias mais analíticas sobre os mesmos acontecimentos. Diz ela sobre isso:

³ Segundo Isabel Travancas (1993), “Para os jornalistas parece ‘natural’ que a página ímpar seja mais ‘nobre’ do que a par. Afirmam que aprenderam na faculdade que a página ímpar, a da direita, é lida sempre antes da página par. E, portanto, os anúncios colocados nessa página têm preço superior aos da esquerda” (p. 30).

No jornal, a especialização do trabalho é mais rígida e consistente que a ocorrida com o rádio e a televisão, onde a maioria dos profissionais faz uma cobertura jornalística não especializada. Assim, no jornal, quem cuida de um tema como greve é o pessoal da editoria de cidade. Há, portanto, um quadro de repórteres capazes de identificar os dados mais importantes para a elaboração de um texto sobre a greve, até por conhecer as pessoas a quem se dirigir para obter informações mais precisas, objetivas e claras. Desta forma, a organização do trabalho, a preocupação de garantir ao leitor informações que não foram oferecidas pela TV e pelo rádio, impõe ao jornal um texto mais completo e abrangente (1996: 90).

Para atender à demanda de textos e coberturas mais completas e reflexivas dos acontecimentos noticiados, as páginas internas do jornal são divididas em editorias. Cada editoria, ainda ensina Lustosa (1996), é composta por notícias de assuntos específicos elaboradas por repórteres especializados nos seus respectivos assuntos. Assim, há a editoria de política, a de economia, a policial, a cultural, a de cidades, de esportes etc. Em cada uma delas, os textos que compõem as notícias são textos especializados, isto é, textos que possuem uma linguagem particular.

Além das editorias, as páginas internas do jornal também são preenchidas pelo que Lustosa (1996) denomina textos específicos, ou seja, as manchetes, chamadas (estas, porém, ocupam as páginas externas), colunas, boxes, legendas (de gráficos, fotografias). Diferentemente do texto especializado, o texto específico

representa a agregação de várias matérias jornalísticas curtas que não correspondem ao chamado texto especializado. No texto especializado, o que determina sua codificação, sua linguagem, é o conteúdo, na medida em que sua estruturação vai ser definida pelo temário que aborda. Já no texto específico, é a forma que, por implicação estética, determina o conteúdo. A apresentação da manchete, por exemplo, vai impor sua linguagem, seu código, assim como ocorre com a legenda, o box, entre outros (1996: 147).

Também refletindo acerca da divisão das páginas internas do jornal, Jean Tétu (2002) se volta para seus efeitos discursivos e de produção de sentidos. Afirma ele que tal divisão responde a uma classificação aleatória e com critérios abstratos de categorização do real. Em verdade, diz o autor, ao enquadrar os acontecimentos sociais em tais critérios de categorização, o jornal, coerentemente com o que realiza na organização discursiva de suas matérias, produz um efeito de real. Nas suas palavras:

A classificação responde a uma vontade 'normalizadora' que nada deve a uma hierarquia natural dos acontecimentos relatados. São apenas categorias abstratas que reorganizam os conteúdos dados na informação. Isso constitui um dos modos usuais segundo os quais o jornal produz o 'real'. Retomando uma análise de Baudrillard, gostaríamos de dizer que a práxis total, de que fala, encontra-se aqui cindida em uma multiplicidade de esferas transcendentais, autônomas e abstratas: 'Política', 'Cultura', 'Sociedade', 'Esporte', 'Negócios', 'Turismo', 'Lazer' etc" (2002: 193).

O jornal, então, segundo Tétu (2002), apresenta-se, nas suas páginas internas, como uma re-apresentação dos acontecimentos do mundo, reapresentação esta que é organizada segundo uma ordenação classificatória em títulos-assuntos (as editorias). Ao fazer isso, ele reorganiza a atualidade da

vida vivida, conformando-a em acordo com critérios normalizadores e padronizadores para ser comunicada aos consumidores das notícias. Tal processo de reorganização da atualidade, normalizando-a e a padronizando, pode ser identificado não apenas no conjunto do jornal e de suas editorias, mas também no formato de cada matéria que o compõe. Zanchetta Jr. (2004), sobre isso, chama a atenção para a noção de pirâmide invertida. Resultado da influência do jornalismo norte-americano a partir de meados do século XX, e até hoje presente como regra de procedimento na confecção das notícias ensinada nas escolas de jornalismo, a pirâmide invertida é uma metáfora que ilustra como são feitas as matérias jornalísticas. Assim, diz o autor:

Na parte superior da pirâmide estão os parágrafos que contêm as informações mais importantes para o entendimento da notícia. Ao longo do texto, aparecem informações em ordem decrescente de relevância, chegando até os detalhes descartáveis. Além de favorecer a leitura, essa estrutura ajusta-se à apressada dinâmica editorial de hoje. Caso seja necessário diminuir o tamanho de um texto noticioso, o corte feito de baixo para cima permite que sejam mantidas informações essenciais, sem a necessidade de resumir a matéria. O encadeamento dos parágrafos seguintes ao primeiro (às vezes também ao segundo) é diversificado, podendo assumir desde o formato cronológico até a disposição estritamente hierarquizada, em que cada parágrafo dá mais detalhes acerca de informações apresentadas no início ou no decorrer do texto (2004: 70-71).

A experiência da vida vivida, portanto, uma vez definida como integrando a agenda do que será noticiado no jornal do dia, deve ser apropriada e enquadrada arbitrariamente segundo os critérios e o formato pré-definido das técnicas do fazer jornalístico. Segundo Mouillaud (2002), esse processo de apropriar-se da experiência e transformá-la em informação jornalística (notícia), produz uma tensão inevitável, já que:

As regras canônicas (ensinadas nas escolas de jornalismo, as célebres questões: quem, que, o quê, onde, quando, como?) nada mais são que a expressão em superfície de uma leitura da experiência que é codificada e arbitrária. O modelo é um modelo linear que interpreta toda e qualquer experiência como uma série de transformações encadeadas umas às outras. A linearidade é o esquema dentro do qual a experiência é apreendida para ser comunicada: serve de suporte ao paradigma do 'fato', cuja forma canônica é a transformação de um 'estado'. 'Fazer', 'ser', 'estar' são os verbos fundamentais que servem de matriz para todos os acontecimentos" (p. 60).

Assim, ao cobrir a grande caminhada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1997⁴, com inúmeros trabalhadores rurais oriundos de diversos pontos do país percorrendo a pé centenas de quilômetros até Brasília, o jornal mostra aquele conjunto de pessoas que ali estão com suas individualidades, diferenças, motivações e com a complexidade difusa das relações sociais estabelecidas no cotidiano da grande jornada que realizam, como uma grande massa homogênea, condensada e única, empacotada em narrativas, referencialidades e iconografias (como as fotografias focalizando os trabalhadores rurais em fila organizada seguindo a marcha até seu destino final, ostentando bandeiras e roupas, entre outras insígnias típicas) que as ordenam e as normalizam dentro de um padrão, de uma tipologia de identificação que se repete a cada menção que se faz ao tema MST.

⁴ A marcha pela reforma agrária, justiça e emprego.

O Jornal, destarte, desconstrói os discursos da vida vivida para reconstruí-los em bases novas, enquadrando-os em torno à moldura “normal” dos fatos noticiosos, por sua vez apresentados diariamente aos leitores que, segundo Tétu (2002), os consomem como espelho do real. Afirma o autor:

A forma do jornal tem ainda um outro efeito, pelo qual se manifesta o mesmo poder: Begin e Arafat são postos lado a lado, horizontalmente, e esta coexistência mostra que o poder da imprensa é aquele de uma organização ‘simbólica’ do real. Como se viu, o jornal fragmenta e reorganiza, em todos os níveis. Desta forma, desconstrói o discurso – eles próprios, resultantes de uma transformação – e reconstrói o que sempre é uma nova unidade. Contudo, são estas unidades que, para a opinião, instauram ou instituem o real (p. 197).

Considerações Finais: o jornal como um documento

intertextual e polissêmico

Os grandes jornais são, assim, simultaneamente produtores e reprodutores de realidades. Produtores por trazerem continuamente elementos novos, elencando e tematizando experiências da vida vivida – próximas e ou distantes espaço-temporalmente – as quais se tornam assuntos de discussões e debates públicos e privados. Reprodutores por tenderem a preservar a legitimidade das instituições e organizações de sustentação do *status quo*, embora muitas vezes lancem críticas com relação a algumas ações – ou inações – equivocadas das pessoas que ocupam suas cadeiras. Essa asserção talvez fique mais clara com um exemplo. Em editorial da Folha de S. Paulo de 18 de novembro de 1995, referindo-se à decretação de prisão de lideranças do MST do Pontal do Paranapanema⁵ pelo juiz da cidade de Pirapozinho (SP), Darci Lopes Beraldo, pode-se ler o seguinte trecho:

Por mais condenáveis que sejam seus procedimentos, é evidente que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não é uma quadrilha de criminosos. Goste-se ou não, eles representam uma parcela das populações rurais. E, de fato, a polêmica decisão do juiz de Pirapozinho ocorreu no momento em que o Incra e o governo do estado de São Paulo estavam em negociações com o MST. A impressão de que estavam sendo presos interlocutores políticos pode até ter fortalecido os sem terra (...).

Neste trecho do editorial, o jornal mostra-se favorável ao MST, localizando-o como interlocutor legítimo na discussão pela reforma agrária, ao mesmo tempo em que se posiciona criticamente com respeito à decisão do representante da Justiça de decretar a prisão de suas lideranças. Em outro exemplo, sobre o mesmo assunto, e também em editorial, a posição assumida pelo jornal é igualmente crítica às elites: “*Parte das elites brasileiras, infelizmente, ainda parece acreditar que a questão social no Brasil é um caso de polícia*” (FSP, 01 de novembro de 1995). Fica evidente, nestes trechos, a fala crítica do jornal com relação à maneira com que as elites tradicionais brasileiras enfrentam os problemas sociais no

⁵ Região localizada no extremo oeste do estado de São Paulo (Brasil), compreende 12 municípios e é caracterizada pela presença de inúmeros latifúndios de posse irregular além de improdutivos. Motivo pelo qual o MST desenvolveu ali uma de suas bases mais atuantes.

campo, além da defesa para a promoção de transformações efetivas, no intuito de modernizar as relações sociais nesse âmbito. Com isso, ele contribui para trazer à esfera pública um tema que permanecia obscuro e restrito apenas aos que viviam diretamente as mazelas e as situações de violência no campo. Ou seja, ao enquadrar um determinado tema como foco de atenção – a questão agrária e os sem terra, no caso – o jornal promove novas visibilidades do mundo social e novas questões para debate na esfera pública.

Por outro lado, ele não põe em questão a legitimidade das instituições que sustentam o *status quo*. Se a decisão pela prisão dos sem terra tomada pelo juiz de Pirapozinho é questionada, não o é a instituição Justiça tal qual está estruturada no Brasil. Isto fica evidente ao nomear as estratégias de ocupação de terras realizadas pelo MST como invasões, mesmo quando realizadas em terras improdutivas e de posse irregular. A noção quase sagrada de propriedade privada, sustentada na legislação brasileira e base importante do modelo econômico vigente, é inquestionável para o jornal.

Este binômio produtor/reprodutor de realidades que caracteriza o jornal se dinamiza por meio de um desenho organizativo que o caracteriza como um mosaico, no qual múltiplas vozes justapostas acerca de cada assunto e de inúmeros assuntos se presentificam ao longo de suas páginas (McLuhan, Marshall, 2001, 1962). Em meio a este mosaico de vozes se desenha uma ambigüidade discursiva bastante sutil no jornal, o que o torna, simultaneamente, um veículo que presentifica falas oriundas de diferentes lugares (um quarto de ecos, no dizer de Mouillaud, 2002) e um ator social com posições e interesses próprios e, portanto, com seus próprios filtros e lentes pelos quais são processadas, mais ou menos rigidamente, as notícias que compõem suas páginas.

Vale ressaltar ainda que os sentidos produzidos sobre os assuntos publicados nos jornais não se encerram nas vozes que neles se presentificam. Como documentos de domínio público, depois de produzidos e publicamente disponíveis, múltiplas possibilidades de sentidos são geradas nos processos de interpretação de suas matérias pelos leitores (Peter K. Spink, 1999; Alexandre B. Lima, 2005). Estes (os sentidos) são continuamente construídos e reconstruídos na medida em que as matérias são lidas, relidas e comentadas por diferentes pessoas, de diferentes lugares (John B. Thompson, 1999, 1995). Decorre daí, que além de ator social contador de histórias (e produtor e reprodutor de realidades), o jornal é um lugar de diálogo, e não apenas entre as vozes que estão nele presentificadas, mas também delas com o leitor, co-autor ativo das histórias contadas pelo jornal.

Esse âmbito, o do leitor, também é importante para pensarmos o processo de investigação nos jornais. Ao nos debruçarmos sobre esses documentos como pesquisadores, os lemos, os interpretamos e contamos histórias acerca das histórias contadas por eles; e o fazemos tendo como base outros textos (acadêmicos e não acadêmicos) lidos, ouvidos, vistos a partir de um lugar sócio-cultural e histórico de onde se constroem repertórios interpretativos (Jonathan Potter, 1998). Nesse sentido, não podemos ter a pretensão de esgotar o assunto em questão, de penetrar na verdade essencial do texto interpretado, já que isso pressupõe a existência de leitores passivos, que absorvem homogênea e acriticamente as mensagens emitidas. Ao pesquisador, como leitor e intérprete sistemático dos jornais que pesquisa, resta – o que não é pouco – continuar a conversa com os textos das matérias, procurando desvelar os personagens e vozes que falam, os posicionamentos e lugares de onde produzem seus argumentos, as suas intencionalidades muitas vezes bastante sutis e presentes no todo organizativo das referencialidades da página, seus intertextos (isto é, a historicidade dos textos, a quem respondem, ou

se endereçam), as redes de poder e contra-poder e, deste modo, reacender os debates que presentificam, vislumbrando novas possibilidades de materializar e objetivar o que tematizam.

Referencias

- Barthes, Roland (1970). *El Efecto de Realidad*. Cidade do México. Tiempo Contemporaneo.
- Berger, Christa (2002). Do Jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. Em, Mouillaud, Maurice e Porto, Sérgio D. (org). *O Jornal: da forma ao sentido*. (pp. 273-284). Brasília. EdUnB.
- Folha de S. Paulo. (02/06/2003). *Reajuste de Salário Perde para Preços e Contradiz BC*. P. 03. Caderno Economia Folha de S. Paulo. *Editorial*. P. 02. Caderno Brasil. (18/11/1995).
- Folha de S. Paulo. (01/11/1995). *Editorial*. P. 02. Caderno Brasil.
- Galeano, Eduardo (1991). *O Livro dos Abraços*. Porto Alegre. L&PM. 2004.
- Gitlin, Todd (2003). *The Whole World is Watching: mass media in the making and unmaking of the new left*. California. University of California.
- Gomes, Mayra R. (2000). *Jornalismo e Ciências da Linguagem*. São Paulo. Edusp.
- Lima, Alexandre B. (2005). *Era Uma Vez... Algumas Histórias: as versões sobre o MST do Pontal do Paranapanema em dois jornais diários*. Tese de Doutorado. Programa de Psicologia Social da PUC/SP.
- Lustosa, Eliza (1996). *O Texto da Notícia*. Brasília. EdUnB.
- McLuhan, Marshall (1964). *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem (Understanding Media)*. São Paulo. Cultrix. 2001.
- McLuhan, Marshall (1962). *The Gutenberg Galaxy: the making typographic man*. Toronto. Routledge.
- Mouillaud, Maurice (2002). A Informação ou a Parte da Sombra. Em, Mouillaud, Maurice e Porto, Sérgio D. (org). *O Jornal: da forma ao sentido*. (pp. 29-36). Brasília. EdUnb.
- Mouillaud, Maurice (2002). A Crítica do Acontecimento ou o Fato em Questão. Em, Mouillaud, Maurice e Porto, Sérgio D. (org). *O Jornal: da forma ao sentido*. (pp. 49-84). Brasília. EdUnB.
- Mouillaud, Maurice (2002). O Título e os Títulos. Em, Mouillaud, Maurice e Porto, Sérgio D. (org). *O Jornal: da forma ao sentido*. (pp. 99-116). Brasília. EdUnB.
- Mouillaud, Maurice (2002). O Sistema das Citações. Em, Mouillaud, Maurice e Porto, Sérgio D. (org). *O Jornal: da forma ao sentido*. (pp. 117-144). Brasília. EdUnB.
- Potter, Jonathan (1998). *La Representación de la Realidad: discurso, retórica y construcción social*. Barcelona. Paidós.

- Rodrigues, Adriano D. (2002). Delimitação, Natureza e Funções do Discurso Midiático. Em, Mouillaud, Maurice e Porto, Sérgio D. (org). *O Jornal: da forma ao sentido*. (pp. 217-234). Brasília. EdUnB.
- Spink, Peter K. (1999). Análise de Documentos de Domínio Público. Em, Spink, Mary J. (org). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*. (pp. 123-152). São Paulo. Cortez.
- Tétu, Jean F. (2002). Le Monde e Libération em Perspectiva: referências e significação. Em, Mouillaud, Maurice e Porto, Sérgio D. (org). *O Jornal: da forma ao sentido*. (pp. 191-202). Brasília. EdUnB.
- Thompson, John B. (2000). *O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis. Vozes. 2002.
- Thompson, John B. (1995) *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis. Vozes. 1999.
- Thompson, John B. (1990). *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis. Vozes. 1995.
- Travancas, Isabel S. (1993). *O Mundo dos Jornalistas*. São Paulo. Summus.
- Tuchman, Gaye (1973). *Making News: a study in the construction of reality*. The Free Press.
- Zanchetta Jr., Juvenal (2004). *Imprensa escrita e Telejornal*. São Paulo. Edunesp.

Historia editorial

Recibido: 20/07/2007

Primera revisión: 12/10/2007

Segunda revisión: 22/02/2008

Aceptado: 10/03/2008

Formato de citación

Bonetti, Alexandre (2008). Considerações acerca da Polissemia de Sentidos em um Jornal Diário: um ensaio sobre a mídia impressa. *Athenea Digital*, 13, 185-199. Disponible en <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/420>.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Usted es libre de copiar, distribuir y comunicar públicamente la obra bajo las siguientes condiciones:

Reconocimiento: Debe reconocer y citar al autor original.

No comercial. No puede utilizar esta obra para fines comerciales.

Sin obras derivadas. No se puede alterar, transformar, o generar una obra derivada a partir de esta obra.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)